

Nos do Instituto IDESP nos referimos especificamente ao,

ANEXO III,

INDICATIVO DE PROJETOS-AÇÕES

6. FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES GOVERNATIVAS DOS ENTES SUBNACIONAIS

ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERAL, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E A SOCIEDADE.



E com relação ao ODS, defendemos o objetivo 11 e suas respectivas metas citadas abaixo.

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



Objetivo 11.

Metas

11.3 Até 2030, aumentar a os índices de habitação urbana e rural inclusiva e sustentável, e a facilitar o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos das comunidades de baixa renda humanos, em todos o Pará.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio natural do mundo, pois devido às fossas sépticas utilizadas no PNHR, podemos preservar a qualidade da água, um dos bens mais valiosos da humanidade.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, começando pela construção de suas moradias e por consequência seus espaços de convivência comum.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento principalmente na Amazônia.

11.b Até 2023, aumentar substancialmente o número de comunidades e assentamentos humanos organizados adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão através do uso eficiente dos recursos.

O objetivo deste texto é expor a realização do PNHR pelas entidades organizadoras na região Norte, além de uma análise descritiva da atuação do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social Sul Paraense) através da sua participação como Entidade Organizadora na implantação de unidades de habitação rural nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das barreiras, Floresta do Araguaia, Pau D'arco, Conceição do Araguaia, São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte, Redenção e Bannach, localizados na região do Araguaia no Pará.

O PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), originalmente regulamentado pelo Ministério das Cidades, busca garantir subsídio financeiro para a produção de moradia no campo com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural, oferecendo condições para que trabalhadores rurais e agricultores familiares tenham acesso à habitação de qualidade, seja por meio de reforma, ampliação ou construção da unidade residencial, de forma a contribuir para a melhoria e manutenção da qualidade de vida do morador rural.

Os beneficiários do Programa são atendidos por intermédio das Entidades Organizadoras (EO), responsáveis por representar o grupo de famílias interessadas em participar do PNHR e por viabilizar todo o processo junto aos agentes financeiros; também é responsável pelas etapas de implantação das unidades habitacionais, desde a concepção do projeto, atividades de trabalho social, construção das casas, até a entrega das mesmas.

Além dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) inclui como seus beneficiários os quilombolas, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais que se enquadram como agricultores familiares, além dos trabalhadores rurais assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O PNHR dá subsídios para a construção, reforma ou ampliação de moradias rurais através de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para compra de material de construção, contratação de serviço de mão de obra e implantação de abastecimento de água e esgoto sanitário.

O Ministério da Fazenda é o responsável pelo repasse dos recursos financeiros do OGU para aplicação no Programa e atualmente o Ministério de Desenvolvimento Regional é o gestor da pasta habitacional da aplicação desses recursos, estabelecendo os parâmetros operacionais e avaliando os resultados da aplicação do benefício.

Déficit habitacional rural na região Norte

O déficit habitacional rural está diretamente interligado às deficiências dos mecanismos de inclusão e desenvolvimento criados no atualmente no Brasil. Segundo informações da Fundação João Pinheiro (que tem elaborado, nos últimos anos, estudos sobre o déficit habitacional e a inadequação de domicílios no Brasil) existe um déficit habitacional em torno de 238.540 de moradias com infraestrutura básica na região Norte.

Tabela 3.1: Déficit Habitacional por situação do domicílio e Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas – Brasil – 2015

Especificação	Total	Urbana	Rural	Total Relativo
Norte	645.537	504.966	140.570	12,6
Rondônia	50.924	46.284	4.640	8,6
Acre	27.238	19.906	7.332	11,7
Amazonas	151.658	134.950	16.707	14,5
Roraima	22.101	20.075	2.026	14,2
Pará	314.643	217.128	97.515	13,3
RM Belém	101.835	99.434	2.400	15,3
Amapá	29.248	27.556	1.692	14,2
Tocantins	49.726	39.068	10.658	9,9

No ano de 2018 o Ministério das Cidades, através dos recursos da união disponibilizou recursos para a construção de 9.090 unidades pelo PNHR, em torno de 330 milhões de reais para a região Norte através de dois editais (portaria nº 163, de 27 de fevereiro e a portaria nº 597, de 25 de setembro de 2018)

Com um déficit habitacional rural de 140.570 famílias, calcula-se em torno de que menos de 6% das mesmas foram atendidas diretamente e 22% indiretamente se levarmos em consideração o aglomeramento de familiar, seguindo a base de calculo da equipe social do IDESP.

Mesmo resolvendo a qualidade das construções, milhares de famílias ainda vivem em condições de precariedade, pois inclui ainda a necessidade de agregar varias famílias numa mesma residência, dos moradores de baixa renda, com dificuldades de pagar aluguel, vivem em casas, choupanas, cabanas, casas de barro, de plástico, etc...

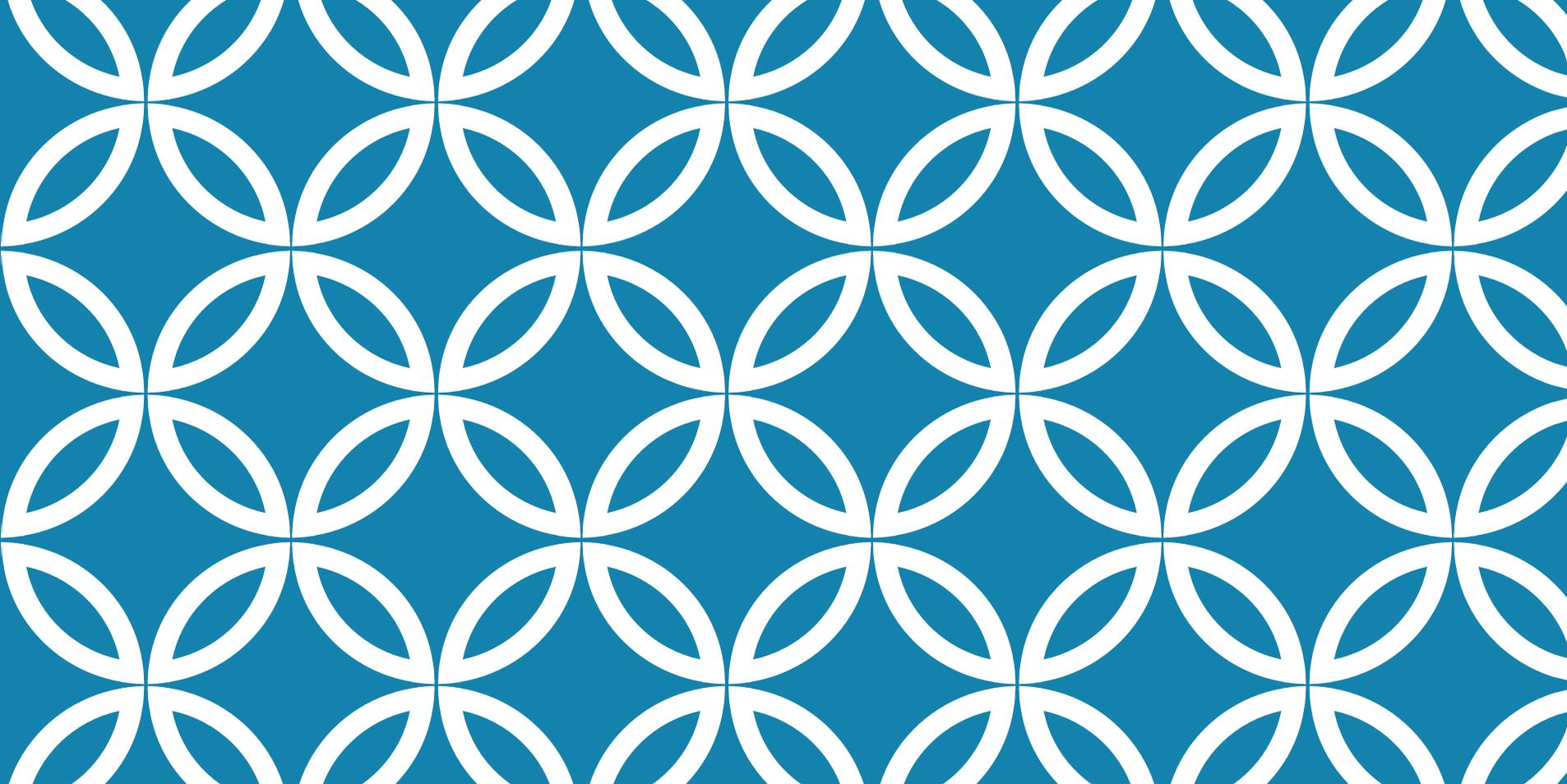
Se formos avaliar o volume de recursos destinados ao programa, ao expor os números estatísticos, não se refletem a realidade da região Norte, os governos estaduais e municipais não conseguem chegar até as áreas rurais e atender esta demanda, vale ressaltar a atual crise financeira da UNIÃO, o que causou atrasos nos repasses de recursos de projetos já aprovados e em execução, é necessário criar alternativas de captação de recursos nacional e internacional.

O segmento ODS, assim como o governo federal brasileiro, evoluíram em sua abordagem para o desenvolvimento da sociedade, procuraram as organizações sociais independentes para ajudar a executar suas ações, isso é um fator que deve causar reflexão profunda no planejamento de repasses, vamos imaginar que essa demanda de 140.570 famílias não atendidas por seus governos estaduais e municipais poderiam ser alcançadas por entidades privadas com vontade e capacidade comprovada de execução desta política pública, isso remete ao segmento abordado no início do texto (**ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERAL, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E A SOCIEDADE**).

Nesse contexto o Instituto IDESP tornou-se uma excelente ferramenta de apoio aos municípios tipicamente rurais do Pará, principalmente na região do Araguaia.

Uma pequena apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo Idesp

Após extensa pesquisa na área rural da região do Araguaia, detectou-se uma realidade de extrema necessidade para com direitos básicos de sobrevivência humana, milhares de famílias sem acesso ao saneamento básico, sem alternativas viáveis de transporte, sem acesso a atenção especializada de saúde e na maioria das comunidades existe deficiência da saúde básica, sem acesso a incentivo produtivo, sem acesso a informação (internet).



IDESP

CNPJ: 04.565.625/0001-51

Relatório de Atividades Desenvolvidas

SUMÁRIO

1 – Identificação

2- Entidade

3- Missão

4- Valores

5- Equipe de Trabalho

6- Ações

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome: Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico Sul Paraense Endereço: Tv. José Audrin,
Nº 507, Centro - Conceição do Araguaia-Pá Email: idesp.pnhr@gmail.com

Site: www.institutoidesp.org.com

Telefone: [\(94\) 99145-7579](tel:(94)99145-7579)

Representante Legal: Eliezer Pereira de Queiroz Júnior

ENTIDADE

A criação da Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Araguaia, para Desenvolvimento, Social, Artístico, Cultural e Defesa Ambiental, fundada no dia 02 de fevereiro de 2001. Na perspectiva de melhoria dos trabalhos do grupo, formulou-se alteração na denominação e reforma estatutária, adequando ao Código Civil Brasileiro em 31 de outubro de 2008, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, tendo como denominação: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONOMICO SUL PARAENSE, com a

sigla: IDESP, no ano de 2019, passa a chamar-se Instituto IDESP, Pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Conceição do Araguaia-PA, com atuação em todo o território Paraense, promovendo ações a população baixa renda de todas as idades, no seu aspecto físico, social e espiritual, sem distinção de raça, credo, político ou religioso o quaisquer outras formas de discriminação (Constituição da República Federativa do Brasil – Título I, art.3, inciso VI).

OBJETIVO/MISSÃO

Promovendo ações voltadas ao setor habitacional de interesse social, cursos, projetos sócio esportivos, culturais e educação preventiva, criando implementos e ações concretas visíveis de forma a arrecadar recursos para a realização e promoção de seus projetos sociais.

Atualmente podemos destacar a atuação eficaz do instituto em promover e realizar ações sociais voltadas à moradia, com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) do Governo Federal, objetivando uma intervenção na qualidade de vida da população baixa renda, que vivem em regiões de difícil acesso. Que venha a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, das famílias atendidas.

VALORES

O trabalho do IDESP é norteado por valores como ética, transparência, comprometimento, corresponsabilidade, e baseado em diretriz metodológica a gestão participativa, pois busca estimular o protagonismo social dos beneficiários, permitindo intervir no projeto sugerindo mudanças, incluindo demandas, contribuindo com o avanço das metas pré-estabelecidas e o desenvolvimento segundo a realidade local.

EQUIPE DE TRABALHO

Diretoria:

01 Presidente

01 Vice- Presidente

01 Tesoureiro

01 secretário

03 Conselheiros Fiscais

01 Advogado

Equipe Social:

04 Assistentes Sociais

02 Pedagogas

Equipe de Engenharia:

01 Arquiteta

02 Engenheiros Civil

03 Técnicos em Edificações

04 Coordenadores de Obras

02 coordenadores de Logística e

Planejamento

AÇÕES

Em cumprimento a suas finalidades, foram desenvolvidos pela equipe a elaboração e execução de Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS com famílias atendidas pelo PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, que visa a garantia de direitos sócias, principalmente o direito a moradia, que compreende muito mais que a unidade habitacional, por meio de informações devidas para as famílias contempladas.

São desenvolvidos projetos sociais prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação, Geração de Trabalho e Renda, e ainda nas áreas de Esporte, Cultura, Promoção e Proteção Social. Onde contamos com apoio de instituições parceiras, com experiências nas áreas temáticas.

São elencadas entre as principais ações deste Projeto Social o acompanhamento sistemático dos participantes através de atendimentos individual e familiar, reuniões de caráter informativo e educativo, bem como ações que visem à conscientização de algumas atitudes acerca dos diferentes direitos sociais e temáticas vivenciadas no seu cotidiano.

Portanto considera-se que a construção de uma unidade habitacional, juntamente com as demais ações desenvolvidas pelo Trabalho Técnico Social, promovem mudanças profundas e significativas tanto nos modos de relacionamento entre os membros do grupo familiar, como na sociedade na qual estão inseridos, resgatando vínculos, autoestimas e possibilitando melhoras na qualidade de vida e no acesso a cidadania.

ONDE ESTAMOS

Foram finalizados Projetos – 2016/2017

- Alacilândia - Municípios de Conceição do Araguaia/Pá,
- Vila Bela Vista e Vila Ametista - Floresta do Araguaia/Pá,
- Vila Marajoara e Vila Boa Sorte - Pau D'arco/Pá
- Vila Barreira dos Campos –Santana do Araguaia/Pá
- Casa de Tábua – Santa Maria das Barreiras/Pá

Projetos em Andamento 2018/2019

Temos projetos em andamentos, que em alguns municípios foram contemplados com a segunda etapa.

- Santana do Araguaia/Pá – Empreendimento Habitacional Barreira dos Campos II, Nova Barreira e Irmã Renê
- Santa Maria das Barreiras/Pá - Empreendimento Habitacional Casa de Tábua II
- São Feliz do Xingu /Pá– Empreendimento Belauto, sendo este um Projeto de Assentamento do (INCRA)
- Ourilândia do Norte/Pá - Aldeia Turedjan
- Pau D'arco/Pá – Aldeia Tekrejaroti-re Kayapó

MATERIAL FOTOGRÁFICO DE ALGUMAS AÇÕES

Temos uma estimativa de mais de 700 famílias atendidas. São realizados momento de acolhimento, orientação e escuta, através de reunião, visita técnica domiciliar, palestra, etc.

Orientações a cerca de direitos, serviços e benefícios disponíveis

pela rede publica.



PALESTRAS EDUCATIVA HIGIENE E HABITAÇÃO



ORIENTAÇÕES SOBRE O PROGRAMA PNHR E ANDAMENTO DAS OBRAS



PALESTRAS EDUCATIVA E PREVENTIVA- SAÚDE



GERAÇÃO DE RENDA



GERAÇÃO DE RENDA – CURSO DERIVADO DO LEITE



CURSO DE PANIFICAÇÃO



PALESTRA - MEIO AMBIENTE



DOAÇÃO DE MUDAS PARA PLANTIO. ARTESANATO COM RECICLAGEM



ATENDIMENTOS DE SAÚDE



PALESTRA PREVENTIVA – SAÚDE BUCAL



ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS



REUNIÃO DE ESCLARECIMENTO/ VISITA TÉCNICA DOMICILIAR





Prefeitos dos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Floresta do Araguaia, Pau D'arco, Conceição do Araguaia, São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte, Redenção e Bannach, localizados na região do Araguaia no Pará fizeram parcerias para alavancar o PNHR na região, uma grande força tarefa que resultou no beneficio de quase 1.000 famílias de baixa renda, divididas em todos os municípios citados.

1 - SITUAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTADOS

PROJETO	APF	UNIDADES	MUNICÍPIO	Recurso R\$
Barreira dos Campos I	445.451-71	48	Santana do Araguaia/Pá	R\$ 1,608,000
Casa de Tábua I	445.451-71	44	Santa Maria das Barreiras	R\$ 1,608,000
Vila Ametista	446.380-32	37	Floresta do Araguaia	R\$ 1,608,000
Vila Bela Vista I	446.381-46	50	Floresta do Araguaia	R\$ 1,608,000
Vila Marajoara	456.003-76	43	Pau D'arco	R\$ 1,608,000
Vila Boa Sorte	446.384-76	33	Pau D'arco	R\$ 1,608,000
Alacilândia I	445.462-09	50	Conceição do Araguaia	R\$ 1,525,000

Total de famílias atendidas	305	TOTAL	R\$ 11.173,000
Total de pessoas beneficiadas	915		
2 - SITUAÇÃO DOS PROJETOS CONTRATADOS EM ANDAMENTO			
	APF	UNIDADES	MUNICÍPIO
	Recurso R\$		
PA Belauto	488.430-16	97	São Felix do Xingu
Nova Barreira	488.699-55	44	Santana do Araguaia
Vila Mandi	488.579-00	42	Santana do Araguaia
Irmã Renê	488.576-79	42	Santana do Araguaia
Casa de Tabua II	445.454-02	36	Santa Maria das Barreiras
Barreira do Campo II	445.457-35	36	Santana do Araguaia
Total de famílias		297	
Total de pessoas beneficiadas		602	R\$ 10.870,200

- Todos os empreendimentos estão com levantes, rebocos, hidráulica, fossas e finalizando-as coberturas com estrutura metálica e telhas, para iniciar a fase de acabamento.

2 - SITUAÇÃO DOS PROJETOS AGUARDANDO AS CONTRATAÇÕES DEVIDO A PORTARIA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº 597 DE 25/09/2018 E PORTARIAS DE PRORROGAÇÃO Nº 746 24/12/2018 E Nº 772 28/12/2018.

PROJETO	APF	UNIDADES	MUNICÍPIO
Aldeia Turedjan	478.342-31	50	Ourilândia do Norte
Aldeia Tekrejaroti-re	478.330-99	44	Pau D'arco
Total de famílias que serão beneficiadas		94	
Total de pessoas que serão beneficiadas			
		376	

OBS: Toda documentação já foram entregues e analisadas junto à caixa, só aguardando a dotação orçamentaria para as assinaturas dos contratos.

3 - PROJETOS ENQUADRADOS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL AGUARDANDO CONTRATAÇÃO:

PROJETO	APF	UNIDADES	MUNICÍPIO
Vila Pista Branca	488.717-79	50	Bannach
Triunfo	488.726-80	36	Bannach
Alacilândia II	445.459-54	42	Conceição do Araguaia
Vila Mendonça	445.452-85	45	Floresta do Araguaia
Bela Vista II	446.382-51	50	Floresta do Araguaia
Vila Espírito Santo	488.657-57	46	Redenção
Mata Geral	488.706-49	45	Redenção
Aldeia Kapankre-Re	478.331-02	36	Pau D'arco
Vila Frederico Mendes	488.563-20	48	Santa Maria das Barreiras
Novo Horizonte	488.572-31	50	Santa Maria das Barreiras
Chapada Vermelha	488.677-97	45	Santa Maria das Barreiras
Vila São João Batista	488.714-45	50	Santa Maria das Barreiras
Aldeia Kriny	488.724-61	42	Bannach

OBS: a Aldeia Kriny saiu à contratação via prefeitura de Bannach, conforme a portaria do ministério das cidades nº 597 de 25/09/2018.

Com os atuais cortes do governo, os programas MINHA CASA MINHA VIDA entidades (PNHR rural) corre o serio risco de terminar.

O governo federal fez a sua parte criando a devida legislação para execução do programa, adaptando o mesmo para problemáticas de cunho regional, porem, os recursos para este segmento sempre se mostraram limitados e a consequência é a permanência de IDHs ainda muito baixos na região Norte.

Existem recursos internacionais disponíveis, e no caso da região Norte, sempre existiu vastos recursos num determinado fundo voltado para o desenvolvimento da Amazônia, o FUNDO AMAZONIA.

Segundo o relatório de atividades de 2017 do Funda Amazônia, a Noruega disponibilizou 455.568.000,00 de reais em 2014 e a Alemanha 131.992.896,00 de reais em 2015 e a para serem aplicados na Amazônia, porém os critérios para as entidades terem acesso a estes recursos são basicamente os mesmos do PNHR, porém não há segmento específico no FUNDO AMAZONIA para que as entidades concorram para a construção de habitação rural, é necessário pensar numa remodelação deste fundo para melhor atender as demandas da Amazônia.

A conclusão final deste texto é a reafirmação da importância de entidades como o IDESP no apoio direto a municípios com IDH baixo e sem equipe técnica acessível para levar essas políticas publicas expostas acima através do PNHR.

Referências:

<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>

http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-rural/Portaria_n%C2%BA_163_de_27_fevereiro_2018.pdf

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42375618/do1-2018-09-26-portaria-n-597-de-25-de-setembro-de-2018-42375424

<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/documentos-juridicos/Associacoes-e-Fundacoes-Privadas>